



Governo Central registra déficit de R\$ 13,6 bilhões em agosto

IGP-M volta a subir em setembro e acumula alta de 3,34% em 12 meses

Página 3

Brasil cria 165,8 mil postos de trabalho em agosto, aponta Caged

Página 4

Universidade de Lisboa concentra maior número de eleitores no exterior

A Universidade de Lisboa, na capital portuguesa, é o local de votação que reunirá o maior número de eleitores no pleito que ocorre no próximo domingo (4). Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 78.833 pessoas estão registradas para votar nas 207 seções instaladas em três prédios da instituição de ensino em Portugal.

No Brasil, o maior local de votação fica na cidade de São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde 17.639 pessoas estão aptas a votar.

De acordo com o Consulado do Brasil em Lisboa, a maioria dos eleitores registrados na Universidade de Lisboa votará no prédio da Faculdade de Direito (34.144). Também haverá urnas na Faculdade de Letras que poderá receber até 28.892 eleitores e na Reitoria, onde há 15.797 eleitores inscritos.

O segundo maior local de votação também fica em Portugal: o Instituto Superior de Engenharia (Isep), da cidade do Porto, com 47.676 eleitores registrados.

Localizado na cidade de Miami, nos Estados Unidos, o Kendall Campus do Miami Dade College, é o terceiro maior polo de votação para a eleição presidencial deste ano, com 40.066 eleitores.

No Brasil e no exterior, 158,7 milhões de eleitoras e eleitores votarão em 94.836 locais de votação, dos quais 39 possuem apenas um eleitor registrado, de acordo com a base de dados do TSE. (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã



Tarde



Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

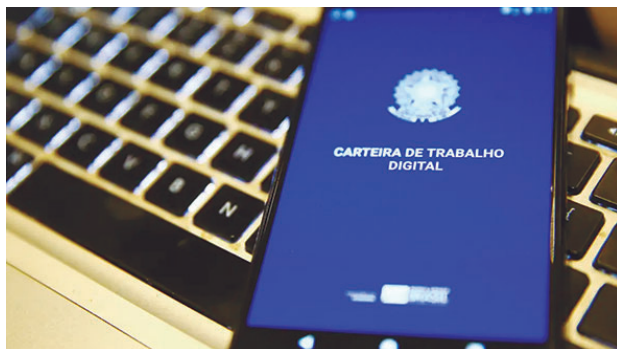
Comercial
Compra: 5,23
Venda: 5,23

Turismo
Compra: 5,25
Venda: 5,43

EURO

Compra: 5,92
Venda: 5,92

Taxa de desemprego cai para 5,3%, a menor para o trimestre até agosto



Página 3

Rede municipal de saúde oferece atendimento para urgências odontológicas em SP

Página 2

Preços de imóveis sobem 14,7% em 12 meses, mas ritmo de valorização perde força pelo 5º mês

Página 4

INSS contrata empresa e muda atendimento da Central 135 no país

Página 6

Juros para famílias sobem em agosto e inadimplência chega a 6%

Página 3

Esporte

Sergio Sette Câmara e Lucas Di Grassi vencem corrida de endurance da Bradesco Stock Car em Brasília

Sob um calor intenso de 32°C, a primeira corrida de endurance da história da Bradesco Stock Pro Series foi disputada no domingo (27), no Autódromo Internacional Nelson Piquet, em Brasília. Duas horas de prova, três paradas obrigatórias, diferentes estratégias e quatro intervenções do safety car fizeram parte de uma corrida em que a liderança mudou de mãos diversas vezes. No fim, Sergio Sette Câmara e Lucas Di Grassi aproveitaram a última relargada, a duas voltas da bandeirada, para colocar o Mitsubishi Eclipse Cross #7 do Team RC na ponta e conquistar a vitória.

Sette Câmara e Di Grassi completaram as 52 voltas em 2h03min25s835, apenas 1s574 à frente de Guilherme Salas e Arthur Gama (Chevrolet Tracker). Rafael Reis e Alberto Cattucci (Toyota Corolla Cross) também avançaram na definição e completaram o pódio, a 2s985. A Endurance contou ainda com a distribuição de pontos ao fim do primeiro estágio, na 20ª volta, quando Enzo Elias e Gianluca Petecof lideravam e receberam a pontuação máxima equivalente à de uma corrida Sprint das etapas convencionais.

Para Sette Câmara, o resultado representou a primeira vitória na Stock Pro. O mineiro contou com a experiência de Di Grassi, que retornou à categoria como convidado para a pro-

va de longa duração.

“A estratégia foi muito importante. Conseguimos fazer as duas primeiras paradas durante os períodos de safety car, mas acabamos prejudicados na última, porque tivemos que cumprir a parada inteira em bandeira verde. Estávamos na liderança, com uma vantagem muito boa, e de repente perdemos a ponta e caímos várias posições. O Lucas fez um stint final incrível, recuperou tudo na pista e colocou a gente novamente na briga. Na relargada, conseguimos completar o trabalho e conquistar essa vitória. Para mim é ainda mais especial porque é a minha primeira na Stock Car”, celebrou Sette Câmara.

Di Grassi, que já teve outras passagens pela principal categoria do automobilismo brasileiro, chegou à quarta vitória na Stock Car. “Foi muito especial voltar à Stock Car e conquistar mais uma vitória. Quando o Serginho me convidou, aceitei na hora. Tenho um respeito enorme por ele, que competiu no mais alto nível, e também tenho muitos amigos aqui. É um grid de altíssimo nível, então sabia que seria um desafio grande. No final, tivemos praticamente uma corrida sprint, em que era preciso atacar, mas também entender os momentos de poupar o carro. Conseguimos fazer isso e foi muito bom voltar, reencontrar todo mundo e conquistar minha quarta vitória na categoria”, disse Di Grassi.

Guilherme Salas e Arthur Gama levaram o Chevrolet Tracker



A dupla Sergio Sette Câmara e Lucas Di Grassi venceram a prova de duas horas de duração

#85 da Valda-Cavaleiro Sports ao segundo lugar. A dupla também registrou a volta mais rápida da corrida, em 1min55s046.

“No final, deu tudo certo. Nosso ritmo estava muito forte e, antes das últimas voltas, estávamos mais atrás, então o safety car nos ajudou a recuperar terreno e voltar para a disputa. Tenho que agradecer muito à equipe, porque o carro estava perfeito, e também ao Arthur, que fez um grande trabalho e ainda marcou a volta mais rápida da corrida. Esse segundo lugar é muito importante para a nossa recuperação no campeonato e saio daqui bastante animado com o resultado”, comemorou Salas.

Gama, que deixou a Stock Car ao fim da última temporada, retornou à categoria como convidado de Salas e voltou ao pódio logo em sua primeira prova.

“Estou feliz demais. É muito bom voltar à Stock Car em uma corrida tão especial e já subir ao pódio. Tenho que agradecer ao Gui, que andou muito. Conseguimos trabalhar muito bem juntos durante o fim de semana e encontrar um acerto que funcionasse para os dois, que é uma das grandes dificuldades em uma corrida de duplas. Nosso carro estava muito rápido e foi uma pena não termos mais algumas voltas no final para brigar pela vitória. Mesmo assim, foi um resultado muito especial”, disse Gama.

Rafael Reis, que havia cruzado a linha de chegada no pódio em Curvelo, mas perdeu a posição posteriormente por uma punição, conquistou em Brasília seu primeiro top-3 da temporada. Ao lado de Alberto Cattucci, o piloto da Car Racing terminou a Endu-

rance na terceira colocação.

“Acho que o pódio não ter vindo na última etapa tornou este ainda mais especial. Conseguir o nosso primeiro pódio da temporada justamente nesta corrida e ao lado do Cattucci não poderia ter sido melhor. Fizemos uma prova muito boa do começo ao fim, sobemos preservar o carro e os pneus e deixamos tudo para atacar no final, como estava na nossa estratégia. Estou muito feliz com o resultado e agora é seguir para a próxima etapa”, comentou Reis.

Acostumado às provas de longa duração no kart e com experiência na tradicional 500 Milhas da Granja Viana, Cattucci aproveitou a bagagem nas corridas endurance para subir ao pódio logo em sua estreia na Stock Car.

“Toda a experiência que tenho em corridas longas ajudou bastante. Conseguimos preservar o carro e fui evoluindo a cada volta, sempre mantendo um ritmo bom. O Rafa fez um trabalho sensacional no final, ficou mais de 45 minutos com o mesmo jogo de pneus e conseguiu manter um ritmo muito forte. Foi demais estreiar na Stock Car e já subir ao pódio. Só tenho a agradecer a ele, a toda a equipe e aos patrocinadores pela confiança no meu trabalho”, comemorou Cattucci.

A Bradesco Stock Pro Series retorna nos dias 17 e 18 de outubro para a disputa da décima etapa da temporada, em Cascavel.

Metrô amplia horário da Linha 17-Ouro a partir desta quarta-feira (30)

A Linha 17-Ouro do Metrô passa a funcionar das 6h às 22h, de segunda a sábado, a partir desta quarta-feira (30). A mudança acrescenta nove horas de atendimento por dia e inclui os sábados. Com mais trens em circulação, o intervalo médio previsto entre as viagens cairá de 18 para 9 minutos. A linha continuará em operação transitória, sem cobrança de tarifa.

O novo horário amplia as possibilidades de deslocamento para quem utiliza o monotrilho para chegar ao Aeroporto de Congonhas, circular pela zona sul ou fazer conexão com as linhas 5-Lilas e 9-Esmeralda.

Com mais tempo de serviço e menos tempo de espera, os pas-

sageiros poderão contar com o transporte desde o início da manhã até depois do horário de pico da noite.

A ampliação será feita com seis trens em operação. Cinco circularão entre Morumbi e Aeroporto de Congonhas no formato de "carrossel", seguindo por uma via e retornando pela outra. Um sexto trem fará o trajeto de ida e volta entre Brooklin Paulista e Washington Luís.

A circulação simultânea de mais composições aumenta a oferta de viagens e permite reduzir os intervalos. Também coloca a linha em uma configuração operacional mais complexa. Por isso, o Metrô acompanhará o desempenho dos sistemas, dos equipamentos de



A Linha 17-Ouro passou a ligar o Aeroporto de Congonhas à rede de transporte sobre trilhos.

via e manobra e da infraestrutura durante esta nova etapa.

Os períodos sem atendimento ao público, entre 22h e 6h e aos domingos, serão usados para monitoramento, avaliações e eventuais ajustes operacionais, de modo a assegurar a evolução do serviço com segurança e confiabilidade.

Estação Washington Luís

O atendimento à estação Washington Luís continuará sendo realizado por um trem específico, com intervalo médio previsto de aproximadamente 9 minutos. Quem tiver a estação como destino deverá trocar de trem em Brooklin Paulista. A mesma transferência será necessária

para seguir de Washington Luís em direção a Morumbi ou ao Aeroporto de Congonhas.

Linha 17-Ouro

A Linha 17-Ouro passou a ligar o Aeroporto de Congonhas à rede de transporte sobre trilhos. A linha tem 6,7 quilômetros de extensão operacional e oito estações, com capacidade prevista para cerca de 100 mil passageiros por dia quando estiver em funcionamento integral.

Desde o fim de março, a linha estava atendendo de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, com dois trens entre Morumbi e Aeroporto de Congonhas e um trem entre Brooklin Paulista e Washington Luís. (Governo de SP)

Saiba como eleitores surdos podem acessar suporte em Libras no dia da votação em São Paulo

Eleitoras e eleitores surdos ou com deficiência auditiva podem utilizar a Central de Interpretação de Libras para obter informações sobre as Eleições 2026 e, no dia da votação, contar com atendimento em Libras nos locais de votação. O serviço, disponibilizado pelo programa São Paulo São Libras, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPeD), em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), conecta o eleitor a um tradutor e intérprete de Libras por meio de videochamada.

O atendimento em Libras poderá ser utilizado pelo eleitor até o momento do contato com os mesários para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos eleitorais. Na cabine de votação, porém, é proibido o uso de celulares, câmeras, rádios e outros equipamentos eletrônicos que possam comprometer o sigilo do voto. Por isso, o eleitor deverá utilizar a Central antes de entrar na cabine.

A parceria entre a SEDPeD e o TRE-SP foi firmada originalmente para as eleições municipais de 2024 e renovada para as Eleições 2026. Naquele pleito, o serviço registrou mais de 1,2 mil atendi-

mentos a pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

A Central está em funcionamento desde agosto e ficará disponível até 30 de outubro.

Passo a passo: como acessar a Central de Libras

Pelo QR Code no local de votação (Opção mais rápida):

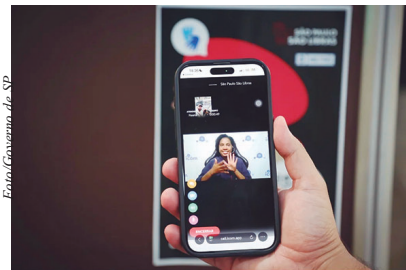
Ao chegar ao local de votação, o eleitor deve procurar os cartazes informativos do programa São Paulo São Libras.

Basta apontar a câmera do smartphone para o QR Code impresso no cartaz para ser direcionado imediatamente à videochamada.

Pelo Aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR: O eleitor pode abrir o aplicativo Poupatempo SP.GOV.BR (disponível gratuitamente na Google Play Store e App Store) em seu celular.

Na aba de serviços do programa São Paulo São Libras, deve-se selecionar a opção de atendimento em Libras para as eleições.

Pelo Site Oficial do TRE-SP: Acesse o portal do TRE-SP diretamente pelo navegador do celular ou computador. Clique no banner ou link da



O atendimento em Libras poderá ser utilizado pelo eleitor até o momento do contato com os mesários para esclarecer dúvidas sobre os procedimentos eleitorais.

Central de Interpretação de Libras para iniciar o atendimento virtual.

Inclusão e Cidadania no Estado de SP

Criado em outubro de 2023 pela SEDPeD, o programa São Paulo São Libras visa remover barreiras de comunicação no acesso aos serviços públicos estaduais. Além do suporte eleitoral direcionado à comunidade surda paulista, a Central de Interpretação já atua de forma permanente em equipamentos estratégicos como delegacias da Polícia Civil, unidades do Poupatem-

po, Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs), Defensoria Pública, Metrô de São Paulo e rede pública de saúde.

"A renovação dessa parceria reafirma o compromisso do Governo de SP com a inclusão total de quase 600 mil cidadãos surdos em nosso estado. Queremos garantir que toda a população tenha os meios necessários para exercer seu direito fundamental de votar com autonomia, dignidade e respeito", destaca a coordenação da SEDPeD. (Governo de SP)

Inscrições estão abertas para mais de 5 mil vagas em cursos gratuitos em SP

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE) está com inscrições abertas para 5,1 mil vagas em cursos profissionalizantes gratuitos do Qualifica SP, disponíveis na plataforma Trampolim. Os interessados podem se inscrever até 4 de outubro.

Do total, 1.980 vagas são para cursos online, disponíveis a moradores de todos os municípios paulistas e com início das aulas previsto para 13 de outubro.

A oferta inclui formações em áreas de tecnologia, como Aplicação de Banco de Dados, Arquitetura de Sistemas, Programação Mobile, Programação Web, Gestão de Projetos de TI, Segurança Cibernética e Inteligência Artificial Aplicada para Negócios.

As vagas estão distribuídas entre as modalidades Meu Primei-



A oferta inclui formações em áreas de tecnologia, como Aplicação de Banco de Dados, Arquitetura de Sistemas, Programação Mobile, Programação Web, Gestão de Projetos de TI, Segurança Cibernética e Inteligência Artificial Aplicada para Negócios.

ro Emprego, destinada a jovens de 16 a 24 anos, e Novo Emprego, voltada a pessoas a partir de

25 anos que buscam qualificação, recolocação profissional ou uma nova carreira.

Para participar, basta acessar www.trampolim.sp.gov.br, fazer login com a conta gov.br e escolher o curso desejado. Podem se inscrever candidatos alfabetizados, domiciliados no Estado de São Paulo e com idade compatível com a modalidade escolhida.

Caso o número de inscritos seja maior que o número de vagas, terão prioridade pessoas com deficiência, jovens, desempregados e candidatos de baixa renda. Os selecionados receberão por e-mail as informações sobre a turma.

A necessidade de confirmação presencial da matrícula varia conforme o curso e o local de ensino e deve ser consultada na plataforma. Para as turmas online, as orientações serão encaminhadas pelo e-mail cadastrado. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Após o fim dos 'debates' e propagandas eleitorais 2026, vereadores(as) que juram ser cristãos, aceitarão os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo?

PREFEITURA (São Paulo)

O prefeito Ricardo Nunes, que jura ser cristão [apoando até candidaturas não cristãs], aceitará os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo?

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Após o fim dos 'debates' e propagandas eleitorais 2026, deputados(as) que juram ser cristãos, aceitarão os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo?

GOVERNO (São Paulo)

O governador Tarcísio Freitas, que jura ser cristão e pode atuar no 1º turno [apoando até candidaturas não cristãs], aceitará os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo?

CONGRESSO (São Paulo)

Após o fim dos 'debates' e propagandas eleitorais 2026, deputados(as) e candidatos(as) ao Senado por SP, que juram ser cristãos, aceitarão os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo?

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O presidente Lula e o vice Alekmin, que juram ser cristãos, apoiando até candidaturas não cristãs, aceitarão os Tempos de DEUS e as Éticas [Muito Acima das igrejas] da Justa Justiça do Cristo?

PARTIDOS (Brasil)

Os donos e sócios preferenciais de legendas [que juram ser cristãos], apoiando candidaturas não cristãs, aceitarão os Tempos de DEUS e as Éticas da Justa Justiça do Cristo, a partir de 2027?

JUSTIÇAS (Brasil)

O direito de crença religiosa [na Constituição 1988] não é garantia de Salvação [pela Morte do Cristo, como Nosso Advogado junto a DEUS]. Na literatura bíblica, a Salvação é Individual ...

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Cantem louvor a Deus, o Senhor, vocês, o seu povo fiel! Lembrem do que o Santo Deus tem feito e lhe deem graças." Salmos 30.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Rede municipal de saúde oferece atendimento para urgências odontológicas em São Paulo

A rede municipal de saúde da cidade de São Paulo oferece atendimento de urgência para casos odontológicos. O serviço está disponível em unidades pré-hospitalares, como Prontos-Socorros (PSs), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Assitências Médicas Ambulatoriais (AMAs), além das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). Algumas unida-

des pré-hospitalares funcionam 24 horas e as equipes são preparadas para realizar os procedimentos necessários para o alívio de dores agudas, drenagem de abscessos, extrações dentárias e restaurações, entre outros.

As urgências odontológicas são situações que, embora não representem risco iminente de morte ao paciente, exigem prioridade no atendimento. São consi-

derados casos de urgência: dores agudas causadas por problemas endodônticos (tratamento de canal), inflamações ou infecções envolvendo dentes do siso, infecções pós-operatórias, abscessos dentários, fraturas dentárias, entre outras condições.

Os casos de urgência também podem ser atendidos pelas 440 UBSs que contam com 888 equipes de Saúde Bucal. Ao procu-

rar qualquer unidade de saúde da capital, é importante levar o cartão SUS. Caso ainda não possua, é necessário levar documento de identidade e comprovante de residência para fazer o cadastro na hora.

A localização das UBSs e demais equipamentos em todas as regiões pode ser consultada na plataforma Busca Saúde. (Prefeitura de SP)

Governo Central registra déficit de R\$ 13,6 bilhões em agosto

O Governo Central registrou déficit primário de R\$ 13,6 bilhões em agosto, informou na terça-feira (29) o Tesouro Nacional. O resultado foi melhor que o registrado em agosto de 2025, quando o saldo negativo ficou em R\$ 15,5 bilhões.

O desempenho também superou as projeções do mercado, que esperava déficit de R\$ 16 bilhões. Em valores corrigidos pela inflação, a receita líquida cresceu 3,5% em relação a agosto de 2025, enquanto as despesas avançaram 1,9%.

O resultado conjunto do Tesouro Nacional e do Banco Central foi superavitário em R\$ 5 bilhões no mês. A Previdência Social registrou déficit de R\$ 18,6 bilhões.

Apesar da melhora em agosto, o saldo acumulado do ano continua pior que o observado no mesmo período de 2025. De janeiro a agosto, o déficit primário do Governo Central chegou a R\$ 94,9 bilhões, ante R\$ 85,9 bi-



Foto: Ag. Webphoto/Arb

lhões nos oito primeiros meses do ano passado.

Arrecadação

O avanço da arrecadação foi puxado pelas receitas administradas pela Receita Federal, que cresceram 5,6% acima da inflação. Destacaram-se os aumentos da Cofins, do Imposto de Importação e do IPI.

A arrecadação líquida da Previdência Social aumentou 6,3%,

favorecida pela melhora do mercado de trabalho, que apresentou crescimento real de 2,9% da massa salarial; pelos maiores recolhimentos do Simples Nacional e pelos efeitos da renovação gradual da folha de pagamentos.

As receitas ligadas à exploração de recursos naturais também contribuíram para o resultado, impulsionadas pela comercialização de petróleo e gás natural pela Pré-Sal Petróleo

S.A. (PPSA).

Pelo lado das despesas, o principal fator de pressão sobre as contas públicas foi o repasse de recursos ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), inexistente em agosto do ano passado.

Segundo o Tesouro Nacional, R\$ 4,9 bilhões tiveram como destino esse fundo voltado às campanhas eleitorais.

Também cresceram os gastos com benefícios previdenciários (aumento de R\$ 2,7 bilhões); abono salarial e seguro-desemprego (R\$ 2,4 bilhões a mais).

Houve ainda aumento dos créditos extraordinários destinados a medidas para reduzir os impactos econômicos dos conflitos no Oriente Médio (R\$ 1,3 bilhão).

Em sentido contrário, as despesas discricionárias recuaram em R\$ 5,6 bilhões. Desse total, a área da saúde teve suas despesas reduzidas em R\$ 2,9 bilhões. (Agência Brasil)

IGP-M volta a subir em setembro e acumula alta de 3,34% em 12 meses

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) registrou inflação de 1,57% em setembro deste ano. No mês anterior, o indicador havia tido deflação (queda de preços) de 0,22%.

Com os dados divulgados na terça-feira (29) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IGP-M acumula inflação de 3,45% neste ano e de 3,34% em 12 meses. Em setembro de 2025, o IGP-M havia registrado taxas de 0,42% no mês e de 2,82% em 12 meses.

A alta em setembro foi puxada pelo Índice de Preços ao

Produtor Amplo (IPA), que mede a variação do atacado, e que passou de uma deflação de 0,34% em agosto para uma inflação de 2,08% em setembro.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, passou de uma deflação de 0,41% em agosto para uma alta de preços de 0,50% em setembro.

O terceiro subíndice que compõe o IGP-M, o Instituto Nacional de Custo da Construção (INCC), teve, em setembro, inflação mais moderada (0,25%) do que em agosto (0,41%). (Agência Brasil)

Taxa de desemprego cai para 5,3%, a menor para o trimestre até agosto

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em agosto ficou em 5,3%, a menor já registrada para o período desde 2012, quando se inicia a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o instituto registrou recorde no número de trabalhadores ocupados, carteira assinada, massa salarial e contribuição para a previdência.

O desempenho do desemprego no período de três meses até agosto representa recuo em relação ao trimestre móvel até maio (5,6%) e em comparação ao mesmo período de 2025 (5,6%). De acordo com a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o resultado veio em linha com a expectativa de analistas do mercado.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na terça-feira (29).

O levantamento mostra que no trimestre até agosto a população ocupada atingiu 103,5 milhões de pessoas, a maior já registrada. Esse contingente representa alta de 0,8% em relação ao trimestre até maio, isto é, mais 774 mil trabalhadores.

A pesquisa revela ainda que

os grupamentos de atividade que puxaram a alta da ocupação foram a indústria geral (crescimento de 2%, ou mais 265 mil pessoas) e construção (4,1%, ou mais 306 mil pessoas).

Carteira assinada na máxima

O número de empregados do setor privado com carteira assinada atingiu 39,5 milhões, também recorde.

A população desocupada terminou o período em 5,8 milhões de pessoas, recuo de 4,6% (menos 281 mil) na comparação com o trimestre de março a maio.

A população desalantada, formada por aquelas pessoas que sequer procuraram trabalho pois acreditam que não vão encontrar, somou 2,4 milhões até agosto – patamar estável em relação ao trimestre anterior e 11,9% menor (menos 317 mil) em relação ao mesmo período de 2025.

A taxa de informalidade – proporção de trabalhadores informais na população ocupada – foi de 37,5%, o que representa 38,8 milhões de pessoas. No trimestre anterior era 37,3%.

O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ. Essas pessoas

não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

Massa salarial recorde

O rendimento mensal médio do trabalhador ficou em R\$ 3.777. No trimestre até maio era R\$ 3.752. O maior já registrado foi R\$ 3.804, no primeiro trimestre de 2026.

A massa salarial, somatório dos salários de todos os trabalhadores, dinheiro que acaba sendo usado para consumo, pagamento de dívidas, investimentos e poupança, alcançou R\$ 385,6 bilhões, a maior da série, com crescimento de 1,4% no trimestre (mais R\$ 5,2 bilhões) e de 4,8% (mais R\$ 17,5 bilhões) em um ano.

Recorde de contribuintes para a Previdência

De acordo com a Pnad, o Brasil atingiu o maior número já apurado de trabalhadores contribuintes para institutos de previdência, 68,5 milhões de pessoas. Isso representa que de cada 100 trabalhadores, 66,2 contribuem.

Ao contribuir para institutos de Previdência, o trabalhador adquire garantias como aposentadoria, benefício por incapacida-

de e pensão por morte.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de Previdência oficial federal (INSS) ou Plano de Seguridade Social da União, estadual ou municipal.

Retrato do mercado de trabalho

A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporária e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

O menor desemprego já registrado pela Pnad foi 5,1%, no último trimestre de 2025. A maior taxa já constatada foi 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19. (Agência Brasil)

Petrobras fecha acordo para comprar gás dos EUA por mais de 20 anos

A Petrobras fechou um contrato de longo prazo para comprar Gás Natural Liquefeito (GNL) dos Estados Unidos por um período de 22 anos. O anúncio foi feito pela petroleira brasileira na terça-feira (29) e é o segundo em um período de cerca de um mês.

O GNL é o gás que passa pelo processo de resfriamento a ponto de se tornar líquido e ocupar volume 600 vezes menor (1/600), de forma que possa ser transportado por navios. Com isso, não precisa de gasoduto interligando o comprador e vendedor.

A vendedora para a Petrobras é a Cheniere Marketing, subsidiária da Cheniere Energy, principal produtora e exportadora de GNL dos Estados Unidos. O contrato prevê a compra de 800 mil toneladas de GNL por ano.

De acordo com a estatal brasileira, a contratação de volumes de longo prazo reflete a estratégia de reduzir a exposição à volatilidade do mercado spot de GNL. O mercado spot é a compra e venda

para entrega de curto prazo, mais suscetível a mudanças de preço por diversas conjunturas.

A Petrobras afirma ainda que a contratação “fortalece a gestão de riscos do portfólio de gás natural e amplia a flexibilidade e segurança para atender aos contratos”.

No Brasil, o gás natural tem entre as finalidades servir de combustível para termelétricas, residências e indústrias, que também podem utilizar com matéria-prima. A Cheniere Energy detém um dos maiores portfólios de liquefação do mundo, composto pelos terminais de Sabine Pass e Corpus Christi, nos estados americanos de Louisiana e do Texas.

No fim de agosto, a Petrobras tinha assinado outro contrato de compra de longo prazo de GNL. Dessa vez, com a Semptra Infrastructure, referente a 800 mil toneladas anuais, durante 20 anos, a partir do Terminal de Liquefação de GNL de Port Arthur, no Texas. (Agência Brasil)

Renegociação de dívidas de adimplentes é prorrogada até 26 de outubro

Programa voltado a trabalhadores informais com dívidas em dia ou com atraso inferior a 90 dias, o Desenrola Adimplentes foi estendido por mais 30 dias. As renegociações poderão ser feitas até 26 de outubro, data em que também termina a vigência da medida provisória que criou a iniciativa.

O prazo inicial era de 90 dias e terminaria na semana passada. A extensão foi estabelecida pela medida provisória que instituiu o Desenrola 3.0, nova etapa do programa de renegociação de dívidas.

Como funciona

O Desenrola Adimplentes permite renegociar até R\$ 15 mil em dívidas sem garantia contratadas por trabalhadores informais em operações de crédito pessoal. As condições prevêm juros de até 1,99% ao mês. Segundo os dados apresentados pelo governo, a taxa média dessas operações atualmente gira em torno de 7% ao mês.

Para participar, o cliente precisa ter quitado pelo menos quatro parcelas do financiamento. Além disso, os pagamentos devem estar em dia ou apresentar atraso inferior a 90 dias.

Início das renegociações

De acordo com o governo, a prorrogação ocorreu porque a implementação do programa sofreu atrasos operacionais. A medida provisória que criou o Desenrola Adimplentes foi publicada em 29 de junho, mas as renegociações só começaram efetivamente em 10 de agosto.

O início das operações ocorreu após mudanças nas regras de participação das instituições financeiras, pedidas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, que atuam como agentes operadores do programa.

Na justificativa apresentada para a medida provisória, o ministro da Fazenda, Paulo Durigan, afirmou que o programa busca atender trabalhadores informais que enfrentam dificuldades para comprovar renda e, por isso, têm maior acesso a modalidades de crédito com juros elevados.

Segundo Durigan, a iniciativa permite que pessoas sem vínculo formal de emprego e sem acesso a linhas de crédito mais baratas possam reorganizar suas dívidas em condições mais favoráveis.

Resistência dos bancos

Desde a criação, no fim de junho, o Desenrola Adimplentes encontrou resistência no setor privado. Bancos demonstraram pouco interesse em participar de uma iniciativa voltada a renegociar dívidas que ainda não estavam vencidas e que atendem a um público específico.

Para ampliar a participação, o governo incluiu a possibilidade de portabilidade de crédito. A medida permite que bancos públicos ofereçam aos clientes condições de repactuação consideradas adequadas.

Mesmo com essa previsão, a adesão ao programa ocorreu abaixo do previsto, com as renegociações só começando, de fato, em 10 de agosto. (Agência Brasil)

Juros para famílias sobem em agosto e inadimplência chega a 6%

As famílias brasileiras continuaram enfrentando aumento dos juros, da inadimplência e do endividamento em agosto, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas na terça-feira (29) pelo Banco Central (BC).

A taxa média de juros do crédito livre para pessoas físicas chegou a 61,7% ao ano, com alta de 1,4 ponto percentual (p.p.) em relação a julho; e de 2,9 p.p. na comparação com agosto do ano passado.

Entre as modalidades que mais pressionaram o indicador estão o cartão de crédito rotativo e o cartão parcelado.

Considerando famílias e empresas, a taxa média de juros das operações com recursos livres ficou em 48,5% ao ano em agosto, com aumento de 0,8 p.p. no mês e de 2,3 p.p. em 12 meses.

No caso especificamente das empresas, a taxa média de 24,2% representa recuo de 1,0 p.p. no mês e de 0,7 p.p. em 12 meses.

“Prevaleceu o efeito da variação das taxas (efeito taxa), com destaque para as reduções das taxas médias de cartão de crédito rotativo (-26,9 p.p.), de capital de giro com prazo inferior a 365 dias (-4,1 p.p.) e de capital

de giro com prazo superior a 365 dias (-1,0 p.p.)”, detalhou o BC.

Crédito

Apesar dos juros mais elevados, o crédito às famílias continuou crescendo. O saldo das operações livres para pessoas físicas alcançou R\$ 2,6 trilhões, com expansão de 0,8% no mês e de 10,5% em 12 meses.

O resultado foi puxado principalmente pelo financiamento de veículos, pelo cartão de crédito rotativo e pelo crédito consignado para trabalhadores do setor privado, modalidade que concentra as operações do Crédito do Trabalhador.

Nas empresas, a taxa média de juros do crédito livre ficou em 24,2% ao ano, após recuo de 1 p.p. em agosto. O saldo dessas operações somou R\$ 1,6 trilhão, com queda de 0,6% no mês e alta de 0,5% em 12 meses.

Segundo o BC, o resultado foi influenciado principalmente pela redução das operações de capital de giro, de desconto de duplicatas e outros recebíveis.

O saldo total da carteira de crédito livre atingiu R\$ 4,1 trilhões em agosto, crescimento de 0,2% no mês e de 6,5% em 12 meses.

Os indicadores de crédito mostram que o endividamento das famílias atingiu 49,9% em julho, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior e de 1,1 p.p. em 12 meses.

O comprometimento da renda com o pagamento de dívidas ficou em 28,7%, estável na comparação mensal, mas 1,4 p.p. acima do registrado um ano antes.

Ao mesmo tempo, a inadimplência da carteira total de crédito do Sistema Financeiro Nacional alcançou 5% em agosto, com alta de 0,1 p.p. no mês e de 0,9 p.p. em 12 meses.

Entre as famílias, a taxa de inadimplência chegou a 6%, avançando 0,2 p.p. em relação a julho e 1,1 p.p. na comparação anual. Nas operações com empresas, o indicador permaneceu estável em 3,3%.

Crédito total soma R\$ 7,4 trilhões

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional atingiu R\$ 7,4 trilhões em agosto, o que representa expansão de 0,5% no mês.

As operações com famílias cresceram 0,8%, chegando a R\$ 4,7 trilhões. Nas empresas, houve redução de 0,1%, para

R\$ 2,7 trilhões.

Em 12 meses, o crédito total acumulou crescimento de 9,2%, com avanço de 10,5% nas operações destinadas às pessoas físicas e de 7,1% naquelas voltadas às empresas.

Considerando empréstimos bancários, títulos de dívida e financiamentos externos, o crédito ampliado ao setor não financeiro totalizou R\$ 22 trilhões em agosto, o que equivale a 164,9% do Produto Interno Bruto (PIB). O saldo cresceu 0,6% no mês e 11,3% em 12 meses.

O crédito ampliado às empresas somou R\$ 7,3 trilhões, valor equivalente a 54,6% do PIB, com expansão de 1,1% em agosto e de 8,7% na comparação anual.

Reservas bancárias avançam

Nos agregados monetários, a base monetária encerrou agosto estável, na comparação com o mês anterior, em R\$ 432,6 bilhões. Tendo como base comparativa agosto de 2025, apresentou retração de 1,4%.

As reservas bancárias cresceram 4,5% no mês, enquanto o volume de papel-moeda em circulação recuou 0,5%. (Agência Brasil)

Brasil cria 165,8 mil postos de trabalho em agosto, aponta Caged

Donos de propriedades rurais têm até esta quarta para declarar ITR

O prazo para entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) 2026 termina na quarta-feira (30). Este ano, o preenchimento e envio do documento online está disponível desde o dia 10 de agosto no site da Receita Federal.

A declaração é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que sejam proprietárias ou titulares do direito de uso de imóvel rural, exceto nos casos de imunidade ou isenção previstos em lei.

Donos de imóveis rurais com área superior a 100 hectares e empresas devem obrigatoriamente fazer a declaração por meio de uma versão web do serviço Minhas Declarações do ITR.

A ferramenta permite o preenchimento e envio da declaração pela internet, sem a necessidade de instalação de programa, seja pelo celular ou por computador. Também é possível preencher declarações de outros exercícios no ambiente online.

Apesar de não ser obrigatório, o serviço também pode ser usado por pessoas físicas com imóveis rurais de até 100 hectares. Outra opção é usar o Programa Gerador da Declaração, que precisa ser baixado e instalado. A transmissão é feita pelo próprio programa ou por meio da Reciteanet.

Pagamento de imposto
O imposto apurado pela declaração pode ser pago em até quatro parcelas, por transferência bancária, Pix, QR Code ou Documento de Arrecadação (DARF), em bancos autorizados. As parcelas mínimas são de R\$ 50 e imposto inferior a R\$ 100 deve ser pago em uma única vez.

O prazo de vencimento da primeira parcela ou da cota única também termina nesta quarta-feira.

Caso o contribuinte apresente a declaração fora do prazo, terá que pagar multa de 1% sobre as parcelas devidas até o mês da entrega. (Agência Brasil)

Os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que 165.827 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em agosto. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

O saldo é 183,1% maior em relação a julho, quando o país criou 58.568 empregos.

A criação de empregos subiu 7,2% em comparação a agosto do ano passado, pressionada pelos juros altos e pela desaceleração da economia. No mesmo mês de 2025, tinham sido criados 154.683 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em relação aos meses de agosto desde 2020, no entanto, esse é o segundo resultado mais baixo da série, só perdendo para o mesmo mês do ano passado. A mudança da metodologia no Caged impede a comparação com anos anteriores a 2020.

Acumulado

De janeiro a agosto, o Caged registrou queda de 25,2% no acumulado de vagas formais:

- 1.134.033 (oito meses de 2026);
- 1.516.881 (oito meses de 2025).

Os dados trazem ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em agosto.

Serviços: +110.346 postos; Construção civil: +20.848; Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos): +16.613; Comércio: +16.565; Agropecuária: +1.452.

Tradicionalmente, o mês de agosto é fraco para a agropecuária, por causa do início de plantio. No entanto, marca o pico da atividade industrial, com as fábricas começando a produzir para o Natal.

Destques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de educação, com a abertura de 25.416 postos formais. A

categoria de saúde humana e serviços sociais abriu 19.142 vagas. O setor de transporte, armazenagem e correio criou 16.819 postos.

Na construção civil, o destaque positivo ficou com o segmento de serviços especializados para construção, que abriu 8.415 empregos formais. Em segundo, vêm as obras de infraestrutura, com 7.396 postos.

Na indústria, o maior gerador de empregos foi a fabricação de produtos alimentícios, com 10.171 vagas, seguida por fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (+3.311) e fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+2.845).

Regiões e estados

Todas as cinco regiões registraram abertura de vagas formais em agosto.

Sudeste: +73.167 postos; Nordeste: +59.356; Norte: +13.603; Sul: +10.850; Centro-Oeste: +8.699.

Na divisão por unidades da Federação, 24 registraram saldo positivo e três demitiram mais do que contrataram. Os destaques na criação de empregos foram em

São Paulo (+42.533), Rio de Janeiro (+20.886) e Pernambuco (+13.428).

As unidades da Federação que eliminaram empregos formais em agosto foram Rio Grande do Sul (-1.611), Rondônia (-923) e Espírito Santo (-287).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, no Espírito Santo, as demissões decorrem do fim da safra de café. Em Rondônia, estão relacionadas à indústria alimentícia. No Rio Grande do Sul, concentraram-se na indústria do fumo e no comércio.

Salário médio de admissão

O salário médio real de admissão em agosto totalizou R\$ 2.410,74. Isso representa: redução de R\$ 0,74 (-0,03%) em relação a julho (R\$ 2.411,48); aumento de R\$ 24,31 (+1,02%) em relação a agosto de 2025 (R\$ 2.386,43).

Carteira assinada

Com a criação de empregos formais, o número de trabalhadores com carteira assinada encerrou agosto em 48.244.696, alta de 1% em relação a julho e de 1,02% em relação ao mesmo mês do ano passado. (Agência Brasil)

Preços de imóveis sobem 14,7% em 12 meses, mas ritmo de valorização perde força pelo 5º mês

Os preços dos imóveis residenciais voltaram a subir em agosto, mas em um ritmo menor do que no começo do ano.

O IGMIR (Índice Geral do Mercado Imobiliário Residencial) subiu 0,87% em agosto, depois de avançar 0,61% em julho. Quando se olha para um período mais longo, porém, o cenário é outro. A alta acumulada em 12 meses caiu pelo quinto mês consecutivo e chegou a 14,73%. Em março, os preços acumulavam valorização de quase 20% nessa mesma comparação.

Divulgado na terça-feira (29) pela Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança), o índice mostra que, mesmo com a perda de ritmo, a valorização dos imóveis continua acima da inflação - 4,22%, no período.

Os preços também avançaram mais que os alugueis. O IVAR, índice da FGV que acompanha a variação dos contratos de locação residencial, acumulou alta de 5,09% em 12 meses.

Segundo a Abecip, a diferença entre os indicadores reforça que o comportamento dos preços de venda não pode ser explicado apenas pela evolução dos custos das incorporadoras. Oferta disponível, demanda, condições de crédito e características específicas de cada mercado também influenciam a formação dos preços.

Entre janeiro e agosto, o IGMIR-R acumulou alta de 6,56%. O resultado ficou abaixo dos

10,19% registrados no mesmo período de 2025 e dos 9% de 2024, mas ainda supera as taxas observadas entre 2016 e 2019 e em 2023.

O movimento, no entanto, não é uniforme. A diferença entre as capitais pesquisadas pela Abecip mostra mercados imobiliários em momentos distintos, com Recife e Porto Alegre apresentando valorização bem acima da média nacional e Fortaleza na outra ponta.

Os preços residenciais na capital pernambucana subiram 12,04% nos oito primeiros meses do ano e acumulam alta de 25,81% em 12 meses, a maior entre as dez capitais acompanhadas pelo índice.

Curitiba aparece em seguida na comparação anual, com

valorização de 21,19%, seguida por Salvador, com 19,20%, Brasília, com 18,41%, e Porto Alegre, com 16,66%.

Em agosto, Porto Alegre registrou a maior alta mensal, de 1,66%, seguida por Belo Horizonte, com 1,65%, e Recife, com 1,44%.

Curitiba foi a única capital a registrar queda no mês, de 0,23%, mas mantém uma das maiores valorizações no acumulado do ano, de 8,82%.

Na capital paulista, os preços avançaram 0,81% em agosto, depois de uma alta de 0,25% em julho. No acumulado do ano, entretanto, São Paulo registra valorização de 5,57%, abaixo dos 6,56% do índice nacional. (Folhpress)

Governo processa bets e pede R\$ 1 bilhão em indenização e ressarcimento ao SUS

AAGU (Advocacia-Geral da União) ajuizou ação contra 17 empresas de bets em que pede R\$ 1 bilhão em indenização por danos morais coletivos e cobra das casas de apostas ressarcimento das despesas do SUS (Sistema Único de Saúde), devido aos gastos da saúde com a população afetada pelo vício em jogos.

A indenização de R\$ 1 bilhão é o valor mínimo. Segundo a AGU, as bets causaram "violações a valores como a dignidade da pessoa humana, proteção da família e dos vulneráveis". A ação pede ainda que as empresas paguem em dobro os valores apostados por pessoas que tenham ludopatia, transtorno que provoca desejo incontrolável de apostar. As empresas acionadas operam 20 bets, responsáveis por 80% do mercado de apostas.

A medida provisória do governo federal que acaba com as apostas online foi anunciada pelo presidente Lula (PT) na última sexta-feira (25). Na segunda (28), a ANJL (Associação Nacional de Jogos e Loterias) e o IBJR (Instituto Brasileiro de Jogos Responsáveis) entraram com ação conjunta pedindo que o ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspenda a MP.

Segundo a AGU, o valor arrecadado com medidas de compensação que as bets antes pagavam é insuficiente para cobrir os custos do SUS. Somente 0,12% da receita do setor vai para o Ministério da Saúde, o que totalizou R\$ 50 milhões de transferência no último ciclo. Estudos preliminares da pasta indicam que cerca de R\$ 2,6 bilhões foram gastos para tratar o vício em aposta.

Estimativa do Ministério da Saúde aponta que a expansão do mercado de apostas de 2018 a 2025 provocou um aumento de 140% nos atendimentos do SUS relacionados a transtornos de jogo, com efeitos sobre o quadro mental dos apostadores, incluindo transtornos como ansiedade e depressão.

O governo Lula comandou a regulamentação do setor por meio de projeto de lei aprovado no Congresso Nacional no fim de 2023. Antes, as apostas online foram autorizadas na gestão Mi-

chel Temer (2016-2018) e passaram o mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022) sem regras.

A União pede que sejam reparados os gastos públicos com prevenção, diagnóstico e tratamento de saúde mental associados às apostas nos últimos cinco anos, além do pagamento de prestações periódicas futuras enquanto perdurarem os danos. O impacto de R\$ 2,6 bilhões é preliminar e a soma final seria apurada em liquidação de sentença com base na participação de mercado e na fração de diagnósticos atribuídos ao jogo.

O presidente Lula anunciou o veto às bets a nove dias do primeiro turno das eleições presidenciais. A medida é uma aposta do governo para alavancar o nome do presidente nas pesquisas eleitorais, que têm mostrado uma margem estreita entre Lula e seu principal adversário na disputa, o senador Flávio Bolsonaro (PL).

A alta no endividamento é um dos temas que derrubam a avaliação do presidente, e pesquisas mostram uma relação entre as apostas e o débito. Uma pesquisa do Siciredi mostra que os associados do sistema de jogos jogaram em bets durante o ano de 2025 estão com uma inadimplência 40% superior à registrada entre aqueles que não apostaram no mesmo período. A empresa reúne mais de 90 cooperativas de crédito e 10,5 milhões de associados em todos os estados.

Segundo nota técnica produzida pelo Ministério da Fazenda, os efeitos da inadimplência associada aos jogos online provocaram uma perda de R\$ 143 bilhões ao comércio varejista. O impacto sobre a atividade econômica nacional teria ficado entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões.

Na ação ao STF, as entidades que representam empresas de bets solicitam que voltem a valer as autorizações e regulamentações anteriores sobre o mercado de apostas e citam riscos de que os consumidores migrem para plataformas clandestinas. "A medida mais eficaz é mantê-los em ambiente regulado e seguro", afirmam na petição. (Folhpress)

Carne bovina brasileira não entra na Europa em menos de dois anos, estima autoridade da UE

O chefe de auditorias da autoridade sanitária europeia, Eric Thévenard, estimou na segunda-feira (28) que o Brasil não voltará a vender carne bovina para a União Europeia em menos de dois anos.

"O tempo entre nascimento e abate é de cerca de dois anos, então vocês podem calcular: nada antes de dois anos, em teoria", disse Thévenard a membros da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, o órgão legislativo da União Europeia. "De agora até daqui a dois anos, não deve vir carne bovina do Brasil".

Os embarques de carne bovina e de frango para a União Europeia estão suspensos desde o início do mês porque, segundo a autoridade sanitária europeia, o Brasil não cumpre regras do bloco contra a aplicação de antimicrobianos restritos a humanos ou para crescimento do rebanho.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, os europeus já deram sinal verde para a retomada dos embarques de frango, que deve ocorrer após reunião no fim de outubro, mas o caso da carne bovina é mais delicado. Isso porque o bloco exige que o animal viva sob os novos protocolos do nascimento ao abate,

que raramente ocorre antes de 18 meses.

Em sua fala diante da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, Thévenard respondeu a deputados que puseram em dúvida a qualidade dos controles brasileiros.

"No Brasil você pode comprar antibióticos por quilo em uma loja comum, sem nem precisar dizer se é agricultor ou não", disse Thomas Waitz, da Austria. "No Brasil, não há identificação individual do gado. Então quando uma vaca chega a um confinamento ou a um frigorífico, já não é possível saber exatamente qual animal veio de qual lugar."

O deputado Ciaran Mullooly, da Irlanda, lembrou o recolhimento de lotes de carne bovina brasileira com estradiol, hormônio proibido na pecuária da União Europeia, em dezembro passado, e perguntou se os controles brasileiros não podem voltar a falhar no futuro.

"Muitos consumidores acreditavam que a carne bovina vendida na UE não continha esse hormônio, já que ele é proibido no bloco. Eles a consumiram antes de serem informados de que ela não estava livre do hormônio, não era segura e deveria ser recolhida", questionou.

Em 2025, o Brasil exportou US\$ 1,049 bilhão (aproximadamente R\$ 5,7 bilhões) em carne bovina para a União Europeia.

Para retomar os embarques de carne bovina, o Ministério da Agricultura apresentou aos europeus uma série de garantias de enquadramento às normas sobre aplicação de antimicrobianos.

Entre elas, um protocolo privado elaborado pela Confederação Nacional de Agricultura e pela Abiec, e já aprovado pelo ministério, que prevê auditorias das fazendas e frigoríficos habilitados a exportar para a União Europeia.

O Mapa também editou novas normas definindo os medicamentos de uso vedado e estabelecendo protocolos de rastreabilidade, alerta e bloqueio de lotes eventualmente contaminados.

Agora o governo brasileiro aguarda uma auditoria presencial nos moldes da visita dos europeus à cadeia da carne de frango, que se encerrou no último dia 4 de setembro e rendeu parecer favorável ao Brasil. Inspectores visitaram granjas, abatedouros e o sistema veterinário oficial.

FRANGOEMELLIBERADOS

A DG Sante, autoridade sa-

nitária da União Europeia, publicou nesta segunda-feira (28) o relatório da auditoria presencial conduzida nas cadeias brasileiras da carne de frango e produção de mel entre agosto e setembro. O relatório conclui que os controles implementados pelo Brasil para cumprir com as normas europeias são suficientes.

"O sistema de controles oficiais, conforme implementado e posteriormente reforçado pelo Brasil durante a auditoria, fornece uma base sólida para que a autoridade competente brasileira ateste a conformidade [com] as restrições ao uso de determinados antimicrobianos nos certificados sanitários da UE", diz o relatório.

A relistagem oficial do Brasil deve ocorrer no final de outubro, por decisão do Comitê Permanente de Plantas, Animais, Alimentos e Rações da União Europeia.

O Brasil exportou 230 mil toneladas de carne de frango para a União Europeia em 2025, ou cerca de 4,5% do volume total exportado pelo país no ano passado. Em valores, foram US\$ 763 milhões exportados (R\$ 4,2 bilhões), o que representa cerca de 7,7% do faturamento total com exportações. (Folhpress)

Sociedade civil rebate Anatel sobre internet grátis na eleição

Saúde

Lei define padrões de qualidade a hospitais particulares



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na segunda-feira (28), uma lei que visa aprimorar a qualidade e fiscalização dos serviços de saúde prestados pela iniciativa privada.

A lei cria a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada.

O texto fixa padrões de qualidade que devem ser cumpridos por hospitais e clínicas particulares. Esses padrões de qualidade devem ser estabelecidos pela Agência Sanitária de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O texto também prevê a divulgação periódica dos resultados de qualidade, bem como estabelece multas, que variam de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil, para instituições que não cumprirem os requisitos.

O projeto de lei foi apresentado em 2024 pelo então senador Flávio Dino, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), após sofrer um drama familiar. Seu filho, Marcelo Dino, morreu em 2012 após chegar a um hospital particular com crise de asma.

Ao assinar a sanção do projeto de lei, Lula telefonou para Dino.

"Vou sancionar agora a lei da dor de um pai. Eu não queria sancionar sem falar com você", disse o presidente. Lula sancionou a lei durante sua passagem por Belém, ao visitar o complexo hospitalar da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará.

Relembre o caso

No dia 13 de fevereiro de 2012, Marcelo Dino, com 13 anos, deu entrada no Hospital Santa Lúcia, em Brasília, com uma crise de asma.

Segundo nota divulgada à época pelo hospital, a criança foi encaminhada diretamente para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sendo estabilizada, mas relatou dificuldade para respirar durante a madrugada. Ainda segundo o hospital, as equipes tentaram reverter a crise, mas o garoto acabou não resistindo e morreu às 7h do dia seguinte.

Segundo Dino e a mãe de Marcelo, Deane Fonseca, a médica plantonista da UTI pediátrica havia abandonado o posto, o que resultou na demora no atendimento adequado ao filho. Uma médica e uma enfermeira chegaram a ser investigadas e processadas na esfera criminal por suposto homicídio culposo (sem intenção de matar), mas foram absolvidas por falta de provas em 2018.

Dino e Deane processaram o hospital e, em 2025, a Justiça fixou o valor de R\$ 600 mil para cada. Dino informou, à época, que o dinheiro seria doado. (Agência Brasil)

Nunes Marques cobra TREs por transporte público gratuito nas eleições



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, cobrou dos presidentes dos 27 tribunais regionais eleitorais (TREs) providências para garantir o transporte público gratuito no primeiro turno da eleição presidencial, marcado para o próximo domingo (4).

Em ofício, Nunes Marques orientou os TREs a se certificarem junto às prefeituras e aos governos estaduais e do Distrito Federal informaram à Justiça Eleitoral os itinerários, as modalidades e os horários do transporte gratuito. O prazo para o envio dessas informações terminou em 15 de agosto.

As regras eleitorais aprovadas pelo TSE obrigam o Poder Público a oferecer gratuitamente o transporte coletivo urbano e intermunicipal no dia de votação, incluindo em eventual segundo turno, marcado para 25 de outubro. Pelas normas, nas áreas urbanas o serviço deve funcionar com frequência parecida à dos dias úteis.

"Casos de redução ou interrupção do transporte em desa-

cordo com as informações prestadas deverão ser encaminhados ao Ministério Público Eleitoral e à Defensoria Pública da União no respectivo estado", informou o TSE.

O ofício destaca ainda que os TREs devem divulgar em seus respectivos portais informações consolidadas e acessíveis sobre o transporte público, no dia de votação, em seus respectivos portais e nos de parceiros da Justiça Eleitoral.

Nas eleições deste ano, os eleitores brasileiros devem votar para os cargos de presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital.

Eventual segundo turno pode ocorrer nas disputas de presidente e governador, caso nenhum dos candidatos receba mais de 50% dos votos válidos, excluídos brancos e nulos.

O Brasil tem mais de 158,7 milhões de eleitores aptos a votar. O eleitorado brasileiro está distribuído em 5.571 municípios, além de 186 cidades no exterior. (Agência Brasil)

Um grupo de 12 entidades da sociedade civil pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para ingressar como amici curiae em processo que pede garantia de acesso à internet móvel para todos os brasileiros, independentemente do limite da franquia de dados, nas 72 horas que antecedem as eleições.

Se o pedido for aceito, as entidades podem apresentar informações técnicas, científicos e dados importantes para esclarecer pontos do processo. É vedado, no entanto, fazer pedidos ao juiz da ação ou apresentar recursos quanto ao mérito.

Essas 12 entidades rebatem o argumento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que argumentou no processo que a liberação irrestrita do acesso à internet móvel durante as eleições pode provocar picos de tráfego capazes de interromper a conectividade em aparelhos celulares, em especial na proximidade de zonas eleitorais.

Segundo o grupo que pede ingresso na ação, no entanto, a agência não informou qual seria o real impacto de universalizar o acesso.

"A manifestação da Anatel [...] não apresenta, de modo individualizado para cada pedinte cautelar, estimativa de quantos usuários estariam com a franquia esgotada durante a janela eleitoral, qual tráfego adicional efetivamente gerariam, onde esse tráfego se concentraria e quais medidas operacionais poderiam mitigar os riscos identificados", afirmam as entidades à Justiça.

Pediram ingresso na ação os grupos Sleeping Giants Brasil, Intervozes, Instituto Nupef, Coletivo Digital, Data Lab, Diracom – Direito à Comunicação e Democracia, CTRL+Z, Instituto Bem Estar Brasil (IBEBrasil), Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Instituto Brasileiro de Políticas Digitais – Mutirão e Teia de Criadores.

No pedido, os 12 grupos também apresentam exemplos vistos na Europa sobre o mesmo tema. Um deles é um estudo sobre a investigação aberta pela Comissão Europeia sobre riscos relacionados ao TikTok nas eleições presidenciais da Romênia em 2024.

O processo

A ação foi uma iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Partido Verde (PV). O objetivo é assegurar o acesso de todos à informação divulgada pela imprensa profissional e aos mecanismos de busca.

Além disso, a ação visa impedir que o cidadão tenha apenas acesso a ambientes como



Foto: Agência Luta Pires de C. Divulgação

WhatsApp e o Instagram que, a depender do plano contratado, não consomem dados, e são frequentemente usados para compartilhamento de conteúdos políticos com desinformação. Os mais afetados, nesse cenário, são os mais pobres.

A CNTE e o PV integram a iniciativa Democracia Sem Franquia. Ela é composta de 19 entidades da sociedade civil e nasceu de estudos do Sleeping Giants Brasil sobre acesso desigual à internet.

O estudo afirma que 64,1 milhões de brasileiros adultos conectados, cerca de um em cada três, passam pelo menos um dia por mês sem franquia de dados, e 29,5 milhões ficam oito dias ou mais nessa situação.

O movimento Sleeping Giants

Brasil nasceu em 2020, durante a pandemia, inspirado em sua versão norte-americana, de 2016. O objetivo é combater a desinformação e o discurso de ódio nas plataformas digitais.

Liberação

No início da noite de hoje, o relator da ação, ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que pessoas com franquia de dados esgotada tenham acesso gratuito aos sites da Justiça Eleitoral durante os dois turnos das eleições.

Com a decisão, o acesso gratuito deverá ser liberado pelas operadoras 72 horas antes dos turnos e 24 horas após a votação. O mérito da questão ainda será apreciado pelo plenário da Corte. (Agência Brasil)

Saneamento: 20% dos principais candidatos têm planos abrangentes

Levantamento feito pelo Instituto Trata Brasil com 62 principais candidatos a governos estaduais constatou que apenas 13 deles têm planos abrangentes para a área de saneamento. A pesquisa foi feita a partir da análise dos planos de governo daqueles que tinham maior probabilidade de serem eleitos ou disputarem o segundo turno, de acordo com pesquisas de intenção de voto, divulgadas entre 22 de agosto e 4 de setembro deste ano.

O Trata Brasil, uma organização da sociedade civil de interesse público voltada para a conscientização da sociedade sobre a importância do saneamento, analisou quatro eixos desta política pública: planejamento, regionalização e coordenação para a universalização; viabilização de investimentos e superação de gargalos para a universalização; governança e regulação do saneamento básico; e metas tangíveis.

A partir dessa análise, foram atribuídos níveis a cada candidato, com base no número de eixos abordados em seus planos de governo.

Os níveis são: ausente, quando o candidato não menciona saneamento em nenhum trecho da proposta; superficial, quando envolve apenas um eixo com profundidade suficiente; transver-



Foto: Itaú Rego/Agência Brasil

sal, quando desenvolve dois ou três eixos; e abrangente, quando a proposta abrange os quatro eixos analisados.

O Trata Brasil constatou que todos os 62 candidatos abordaram pelo menos um eixo em seu plano. Cinco propostas foram consideradas superficiais. Classificadas como transversais são 44 propostas, das quais 15 abordam dois eixos e 29, três. Treze planos incluem os quatro eixos.

Segundo a presidente executiva do instituto, Luana Pretto, de modo geral, os planos de governo dos candidatos citam o tema saneamento básico, ainda que transversalmente.

"De quatro anos atrás para agora, o tema começou a ser mais evidente. Entretanto, ainda é visto de uma maneira pouco abran-

gente. A grande questão é se comprometer com metas claras e objetivas, ou seja, saber qual o percentual de água e esgoto que eu tenho hoje e qual é o percentual que eu vou entregar no final do meu mandato", ressalta.

Entre as propostas mais específicas, universalização é a que mais aparece entre os planos dos candidatos (87%), seguida por drenagem (76%), saneamento rural (66%), investimentos (58%), regionalização (45%), população vulnerável (35%), regulação (32%), metas tangíveis (26%) e governança de dados (24%).

"Oitenta e sete por cento dos candidatos falam de universalização, só que apenas 26% colocam metas. Então, eu falo de universalização, mas eu não me comprometo com meta. E isso é um

problema", avalia Luana.

"Eu falo de universalização, mas eu não falo de regulação, que é um tema muito importante quando a gente olha que as agências reguladoras têm que ser técnicas, independentes e fortalecidas para cobrar tanto a expansão dos serviços quanto a operação eficiente desses serviços", acrescenta.

Para o Instituto Trata Brasil, a presença do assunto saneamento em todos os planos de governo não significa, necessariamente, compromisso estruturado dos candidatos. Além disso, a pesquisa mostra que a pauta entrou no debate eleitoral, mas ainda precisa ganhar maior profundidade, metas verificáveis e instrumentos de acompanhamento.

"Acre, Maranhão e Amazonas, que são estados com indicadores bastante ruins, ainda têm candidato praticamente não citando o saneamento básico", observa a presidente executiva do Trata Brasil.

"O que seria o ideal é que, em estados onde a gente tem um indicador muito ruim de saneamento, a gente deveria ter os candidatos comprometidos com o tema, porque faltam sete anos para universalizar o saneamento, se ele não se comprometer agora, coloca em risco o atingimento dessa meta", completa Luana Pretto. (Agência Brasil)

INSS contrata empresa e muda atendimento da Central 135 no país

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) contratou uma nova empresa para gerenciar as ligações da Central Telefônica 135. O contrato foi firmado com a Comunix Tecnologia e Soluções Corporativas Ltda., que irá fornecer uma nova plataforma tecnológica.

Na prática, segundo o órgão, a nova tecnologia permitirá a distribuição de chamadas entre as unidades de atendimento conforme a disponibilidade de linhas e operadores, para que o seguro do tenha mais opções de atendimento humano quando ligar para a Previdência Social.

O contrato tem valor de R\$ 121 milhões por cinco anos. O custo mensal é de R\$ 2 milhões.

Atualmente, a Central 135 conta com atendimento automático 24 horas por dia, todos os dias da semana. Há atendimento humano de segunda a sábado, das 7h às 22h. No restante do tempo, o segurado é atendido por meio de gravação e opções usando o botão do celular.

É possível ainda usar o aplicativo ou site Meu INSS, para pedir benefícios ou solicitar outros serviços. Há mais de cem serviços cadastrados no Meu INSS.

Hoje, o atendimento humano por telefone no INSS está centralizado em três centrais, todas no Nordeste, nas cidades de Recife (PE), Caruaru (PE) e Salvador (BA). A ideia é direcionar o atendimento para a unidade que tenha um atendente disponível, fazendo com que o cidadão não espere na linha.

Ana Cristina Silveira acredita que a alteração vai ampliar as opções de atendimentos já existentes ao segurado. "É uma importante porta de entrada para o cidadão", afirma.

Segundo o instituto, o contrato poderá ser prorrogado por até dez anos, conforme a lei 14.133/2021.

O Meu INSS reúne mais de cem serviços e registra cerca de 105 milhões de acessos por mês, mas segundo segurados, apre-

senta falhas. Dentre elas estão quedas do sistema e linguagem pouco acessível.

Auditoria realizada pelo próprio INSS no primeiro semestre de 2025 mostra que 280.231 dos 543.419 pedidos analisados eletronicamente foram negados ou equivalente a 51,57%.

Para o INSS e a Dataprev, no entanto, são "ocorrências pontuais". A Dataprev disse, em nota anterior, operar com metas de disponibilidade de 98% para os serviços.

"Em 2026, até meados de junho, o menor índice de disponibilidade apurado foi de 98,50%. Entre 2024 e 2025, os mesmos serviços prestados apresentaram disponibilidade superior a 96%. Já entre 2022 e 2023, o menor percentual de disponibilidade foi de 98,39%, demonstrando estabilidade."

COMO FAZER O PEDIDO DE APOSENTADORIA PELO MEU INSS?

É preciso escolher o tipo de

benefício na aba "Serviços". Durante o requerimento, não é necessário indicar a regra de aposentadoria desejada, pois a análise é realizada pelo INSS com base nas informações do Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) e outros dados disponíveis. "Essa etapa é de fato automática", diz o órgão.

O sistema apresentará a etapa "Relações Previdenciárias", com os vínculos constantes no Cnis. Nessa tela, devem ser conferidos os períodos trabalhados ou contribuídos, sendo possível incluir vínculos ausentes ou editar informações, se necessário.

É também nessa etapa que devem ser informados eventuais períodos de atividade rural, tempo especial ou tempo de serviço público. O envio de documentos não é obrigatório no momento do requerimento e basta pulsar essa etapa, mas se for necessário, o INSS pode emitir exigência, que é o pedido para apresentação dos documentos necessários à análise. (Folhapress)